



## Ativismos e a produção de novos discursos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência

Louise Lima Storni Rocha <sup>1</sup>  
Profª. Dra. Andrea Moraes Alves <sup>2</sup>

### RESUMO

O crescimento dos debates sobre a sexualidade das pessoas com deficiência nas últimas décadas levou à implementação de pesquisas, ações pedagógicas e políticas de saúde, o que ampliou o debate sobre as possibilidades dessa população viver sua vida afetiva e sexual de forma frequente. Contudo, ainda é notório no imaginário coletivo processos de discriminação e estigmas em relação à sexualidade das pessoas com deficiência. A presente pesquisa em andamento investiga como se apresentam novos discursos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência a partir do ativismo sociopolítico, relacionando esses discursos com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dessa população e a produção de políticas públicas nesse campo de debate. Nessa direção, a pesquisa realiza um estudo de caso das diferentes estratégias de ativismo do grupo espanhol criador do documentário *Yes, We Fuck!*<sup>3</sup>, situando suas origens, tensões, potencialidades políticas e desafios, bem como a articulação deste grupo com outros grupos ativistas ligados a questão da corporalidade tendo como eixo potencial as alianças teóricas queer e crip e o uso de categorias de interseccionalidades como gênero, sexualidade, deficiência, capacitismo vida independente, violências e cuidado.

**Palavras-chave:** Direitos sexuais e reprodutivos, gênero, sexualidade, deficiência, ativismo.

### INTRODUÇÃO

A crença em diferentes mitos que cercam a sexualidade e os corpos de pessoas com deficiência revela um modo estigmatizante de compreender essa sexualidade como sendo desviante a partir de padrões definidores de normalidade.

No senso comum o que prevalece nos discursos de leigos, familiares e da comunidade é a generalização de ideias preconceituosas a respeito da sexualidade de pessoas com deficiência, como se essa fosse sempre atípica ou comprometida. Essas ideias são baseadas em estereótipos mantidos pelo senso comum que assentam muitas vezes essas pessoas como seres incapazes e limitados.

Retomando os estudos de Foucault (1988), ele indica que ainda no século XVII, as pessoas com deficiência eram vistas como “aberrações” que encontraram no discurso legitimado das disciplinas científicas sua categorização, generalização, ordenamento e disciplinamento, passando a ser objeto do biopoder estatal. Tornam-se, portanto, cobaias para as experiências de correção de suas anormalidades e mutações e recebem das ciências a

---

<sup>1</sup> Cientista Social, graduada pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro - [lustorni@gmail.com](mailto:lustorni@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora orientadora: Pós-doutorada em Antropologia Social do Museu Nacional e Professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - [andreamoraesalves@gmail.com](mailto:andreamoraesalves@gmail.com)

<sup>3</sup> Ver documentário em: <http://www.yeswefuck.org/>



chancela de “erros da natureza”, passando a serem também categorizados como deficientes, inválidos, idiotas, aleijados, etc. Estes e vários estudos históricos apontam para uma visão estigmatizante acerca das pessoas com deficiência.

Durante a minha trajetória profissional e ativista, a temática dos direitos das pessoas com deficiência, dos movimentos sociais e de direitos humanos são áreas que suscitam muitas das minhas inquietações. O interesse pelas especificidades da deficiência, por exemplo, teve início em 2004, quando eu cursava Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF) e fui selecionada a participar de um projeto chamado “Oficineiras/os da Inclusão”, da organização não governamental Escola de Gente – Comunicação em Inclusão<sup>4</sup>. Por meio dessa experiência e de outros projetos desenvolvidos pela organização, fui estreitando meu contato com a temática da inclusão de pessoas com deficiência, prioritariamente, em ações com jovens com deficiência.

Somadas a essas experiências, as minhas inquietações em relação à formulação e implementação de políticas públicas na área dos direitos foram ainda mais acentuadas a partir da minha experiência como assessora técnica da área de “Direitos, Cidadania e Políticas Públicas” do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)<sup>5</sup>. No Instituto trabalhei em diferentes projetos sob a perspectiva de que políticas públicas são instrumentos para a realização dos direitos e da cidadania.

Tais instituições e projetos me proporcionaram contato com espaços privilegiados de observação e análise crítica sobre as políticas públicas e direitos humanos no Brasil e no mundo. Contudo, o tema da sexualidade e deficiência que sempre me mobilizou, mas nunca tive a oportunidade de trabalhar mais profundamente, me suscitou o desejo de uma investigação acadêmica mais intensa. No ano de 2014 realizei um curso de especialização no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos -CLAM/ IMS/ UERJ, cujo tema do trabalho de final de curso (TCC) foi “Representações e regulações: percepções de pais e educadores/as sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual”. Nesse estudo foi possível me aproximar mais do tema da sexualidade e deficiência, no entanto se tratava somente de um projeto de pesquisa e não da pesquisa em si.

---

4 Uma organização com sede na cidade do Rio de Janeiro que desenvolve ações e publicações na defesa de políticas públicas inclusivas. Mais informações: [www.escoladegente.org.br](http://www.escoladegente.org.br).

5 O IBAM, associação civil sem fins lucrativos, sediado no Rio de Janeiro, possui 66 anos de experiência, assessorando e prestando assessoria a governos e conselhos de direitos, para o fortalecimento de capacidades de gestão e na implementação de políticas públicas. Mais informações: [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br).

Portanto, a temática dos direitos sexuais e reprodutivos, aliados a grande invisibilidade de debates sobre sexualidade de pessoas com deficiência (inclusive dentro dos projetos sociais que participei voltados para a inclusão de jovens com deficiência) me suscitou o desejo dessa investigação em potencial, a fim de compreender as lacunas existentes dentro desse campo político e social.

Desta maneira, os diferentes discursos em torno da sexualidade das pessoas com deficiência são foco desta pesquisa que está em andamento e possui como objetivo geral de investigar formas de ativismo acerca da questão da sexualidade de pessoas com deficiência, relacionando esses discursos com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dessa população e a produção de políticas públicas nesse campo de debate. Os objetivos específicos do estudo são: (i) investigar no campo dos Estudos sobre a Deficiência os debates circulantes sobre a questão da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos; (ii) analisar a articulação entre as teorias *queer* e *crip*, tendo como eixo potencial as alianças entre diferentes grupos ativistas ligados a questão da corporalidade e o uso de categorias de interseccionalidades como gênero, sexualidade, deficiência, capacitismo, violências e cuidado; (iii) analisar as diferentes estratégias de ativismo do grupo espanhol criador do documentário *Yes, We Fuck!*<sup>6</sup> situando suas origens, tensões, potencialidades políticas e desafios.

## METODOLOGIA

Primeiramente é importante destacar que se trata uma pesquisa qualitativa onde serão utilizadas técnicas específicas de revisão bibliográfica e estudo de caso. Cabe aqui a explicação de Márcia Lima (2016) acerca das técnicas da pesquisa qualitativa:

“...as técnicas qualitativas podem ser utilizadas para coletar dados tanto sobre interações cotidianas quanto sobre processos sociais de reconstrução histórica. O uso das entrevistas se dá nas diferentes técnicas de pesquisas qualitativas: observação participante, estudos etnográficos, trabalhos de campo, histórias de vida, biografias, análise de trajetórias, análise de redes”. (LIMA, 2016).

O estudo de caso foco do presente estudo aborda as origens, articulações, motivações e formas de ativismos dos grupos criadores do documentário *Yes, we fuck!* e dos projetos que se desdobraram a partir disso, principalmente o coletivo *Assex*<sup>7</sup>.

---

6 Ver documentário em: <http://www.yeswefuck.org/>

<sup>7</sup> Trata-se de um grupo de auto-gestão de assistência sexual. Esse projeto é considerado o grande ponto de união entre os coletivos *queer* e *crip*. As pessoas com diversidade funcional entendem que são sujeitas/os de direitos sexuais e devem ter acesso ao próprio corpo. As pessoas *queer* ou *trans* encontram nesse recurso a possibilidade de emprego e uma via para legitimar e regularizar serviços ligados ao campo sexual. (CENTENO, 2015, p. 110).

Por meio de pesquisas na internet (notícias em sites e postagens em redes sociais dos coletivos/grupos) foi possível aprofundar o conhecimento sobre as ações passadas e presente dos grupos/coletivos e histórico das pessoas envolvidas.

Em especial, foram acompanhados diariamente e analisados os dados e informações produzidos virtualmente pelo grupo *Yes, we fuck!* entre o período de abril a agosto de 2019, prioritariamente as informações contidas e postadas no site *Asistenciasexual.org* e sua página do facebook. O destaque para esse site é por se tratar atualmente da principal plataforma de divulgação do coletivo onde é reunido artigos, entrevistas e anúncios de serviços de assistentes sexuais. Durante conversas a distância com algumas personagens da pesquisa foi possível avaliar que a questão da assistência sexual<sup>8</sup> é atualmente em Barcelona o principal ponto de encontro entre os ativismos transfeministas (queer) e das pessoas com diversidade funcional (crip). Seja pela necessidade de ampliação do campo de geração de trabalho e renda para pessoas trans, seja pela demanda das pessoas com diversidade funcional em receber tal serviço, seja pela “bandeira” em fazer com que o Estado reconheça o serviço de assistência sexual como uma política pública acessível e legalizada.

No tocante as entrevistas, pretende-se realizar de duas formas: a distância e presencial. Primeiro aconteceu uma conversa a distância com o principal representante do coletivo espanhol *Yes, we fuck!*. A partir desse diálogo foi possível identificar outras/os informantes que possam somar à pesquisa.

Como mencionado anteriormente, trata-se uma pesquisa em andamento. No mês de setembro de 2019 ficarei sediada 2 (duas) semanas na cidade de Barcelona na Espanha para realizar entrevistas em profundidade com personagens centrais da pesquisa, como por exemplo, pessoas com diversidade funcional que participaram do documentário, assistentes sexuais ligados ao grupo *Assex* e diretores do documentário. Até o momento foram agendadas cerca de 10 (dez) entrevistas.

Na pesquisa optei pela utilização de duas técnicas de entrevistas: a não estruturada e a semiestruturada. A primeira será realizada na ocasião do primeiro contato com os atrizes/atores-chaves da pesquisa com o objetivo de conhecer melhor os potenciais informantes e o campo de pesquisa. Já no segundo momento, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, apoiada por

---

<sup>8</sup> Segundo Centeno (2015) a assistência sexual é um tipo de trabalho sexual que consiste em fornecer apoio a pessoas com diversidade funcional para estas poderem acessar sexualmente o próprio corpo ou o corpo de um parceiro. O assistente não é alguém para fazer sexo, mas alguém que apoie a pessoa para se ter sexo consigo mesmo ou com outras pessoas. A pessoa assistida decide sobre o que e como recebe apoio, esse é o seu modo de autonomia para explorar seu corpo ou se masturbar.

roteiros com uma lista de aspectos que deverão ser abordados durante a entrevista, como por exemplo: (i) origem do coletivo/ grupo; (ii) estruturação do coletivo/grupo (iii) principal demanda social e política; (iv) relação com outros ativismos e movimentos sociais; (v) principais desafios e potencialidades; entre outras questões específicas relacionada a cada grupo.

Por meio das entrevistas presencial com representantes dos coletivos será possível reconstruir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações. É importante lembrar que a fala da/o entrevistada/o representa uma autodescrição e uma apresentação de si mesmo. Em muitos casos as/os entrevistadas/os podem tentar criar empatia ou dar respostas consideradas por eles adequadas ao que entrevistador supostamente espera. Superar esse obstáculo, que pode gerar respostas evasivas ou inadequadas, é principal desafio do uso da entrevista em pesquisas das ciências sociais (LIMA, 2016).

A forma de análise das entrevistas será principalmente a comparação dos relatos da experiência de cada coletivo, buscando o que é singular e o que é comum ao conjunto de entrevistadas/os. Em outras palavras, quais são suas experiências comuns e quais são as singulares em relação a participação nos coletivos, a visão social e política sobre o tema da deficiência e sexualidade, quais os desafios e potencialidades das ações que participam, entre outras questões que compõem o subjetivo dos grupos.

## DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa parte da noção de que a sexualidade de pessoas com deficiência é comumente reconhecida socialmente como um “problema”. Ainda que aconteçam tentativas de mudanças e redirecionamento de ações, permanece impregnada entre familiares, profissionais e sociedade em geral a ideia de vincular deficiência, sexualidade e problema.

A reprodução de estereótipos reforça os discursos relacionados a não responsabilização das pessoas com deficiência em relação às suas sexualidades, fortalecendo as representações ligados a hipersexualidade ou assexualidade dessas pessoas, em detrimento da autonomia e reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nessa direção, cabe a conceituação de Gayle Rubin (1993) sobre a estratificação sexual que fornece uma maior legitimidade e poder sobre a ideia de “boa sexualidade” (heterossexual, conjugal, monogâmica, intergeração, reprodutiva e não comercial), em oposição a uma “sexualidade má” dos marginalizados (homossexual, fora do casamento, promíscua, entre gerações, que não visa à reprodução ou é comercial). Em outras palavras, as práticas sexuais, por exemplo, de pessoas com deficiência, de idosos, de adolescentes etc. entram no campo do

não reconhecimento do exercício de suas sexualidades e, menos ainda, dos seus direitos sexuais e reprodutivos.

Weeks (1999) esclarece que as questões relativas aos corpos e comportamento sexual estão no centro das preocupações ocidentais, sejam dentro da religião e filosofia (até o século XIX), sejam no âmbito da medicina, psicologia, biologia e antropologia (a partir do século XIX). A sexualidade se situa, portanto, para além de uma preocupação individual, estando claramente associada a uma questão histórica e política.

Dessa maneira, torna-se fundamental o entendimento de que os diferentes discursos em torno da temática da sexualidade indicam uma complexa mudança histórica, onde as definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são resultados de uma evolução histórica natural, mas sim modelados no interior de diferentes relações de poder.

Preciado (2018) retoma as análises de Foucault ao descrever as transformações da sociedade europeia do final do século XVIII, a partir do que ele chama de “uma sociedade soberana” para uma “sociedade disciplinadora”. Em sua análise uma das formas dominantes desta ação biopolítica, que emerge com o capitalismo disciplinar, Preciado define como “sexopolítica”.

O sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. Em 1868, as identidades hetero e homossexual foram inventadas em uma esfera de empirismo, classificação taxonômica e psicopatologia... o corpo, dócil ou raivoso, estava preparado. (PRECIADO, 2018).

Ao desenvolver o conceito de contrassexual Preciado (2017) afirma ainda que é chegada a hora de parar de descrever o sexo como parte da história natural das sociedades humanas, mas sim olhar para o sexo e gênero como dispositivos complexos do sistema tecnológico. Em outras palavras, a dita “natureza humana” não é senão uma negociação permanente das fronteiras entre humano e animal, corpo e máquina, órgão e plástico.

Outro ponto fundamental de análise na pesquisa será o debate sobre a aliança entre a teoria queer e a teoria crip.

O Queer é tudo que o discurso da sociedade transforma em anormal, em estranho, em abjeto, em subalterno (MISKOLCI, 2012). Pode-se colocar nessa categoria os gays afeminados, as lésbicas masculinizadas, as pessoas trans e travestis, as pessoas intersex, e todos considerados “desviantes” a partir de padrões normativos. Esse termo originalmente é um xingamento de teor extremamente pejorativo. Pode-se considerar, então, a Teoria Queer como uma linha de pensamento filosófico e sociológico surgida da aliança entre feministas e movimento LGBTQ

que para além de uma política identitária, configura-se como uma teoria crítica e pós-identitária orientada pela política das diferenças e da subversão.

Judith Butler (2002), por exemplo, dentro dos estudos queer, desenvolve o que ela nomeou de teoria da performatividade indicando que “o gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (BUTLER, 2002, p. 64).

Já a teoria crip, desenvolvida principalmente pelo crítico estadunidense Robert McRuer (2006), reúne os estudos da deficiência com a teoria queer. O termo crip vem do inglês cripple, que significa aleijado, defeituoso. Para o autor, o corpo eficiente é compulsório como a heterossexualidade e um termo mantém o outro segundo a mesma lógica de normatividade (LEITE, 2017).

Cabe destacar que a ideia da “deficiência” construída pela biomedicina ocidental associam as experiências das pessoas com deficiência com fenômenos relacionados às formas particulares de disfunções e patologias no corpo individual (reduzindo-as ao conceito fatalista de “tragédia pessoal”). Deste modo, a deficiência por vezes é enquadrada como um problema médico ao qual existiria, por este suposto, uma solução médica individualizada. Estudos baseados principalmente na vertente britânica, e o respectivo modelo social da deficiência que emerge desta tradição, contestam o modelo médico, enfatizando a deficiência não como “problema médico”, mas como construção social que reforça as desigualdades e a opressão a partir da noção de normalidade e eficiência dos corpos.

As reflexões sobre as práticas médicas elaboradas pelo filósofo Canguilhem (2009) também ajudam a compreender como se deu a construção do imaginário de que ter deficiência é não ser normal. Isto porque há uma visão mecanicista do organismo humano como uma máquina que, em seu estado normal (SILVA, 2012).

Em especial quando tratamos das pessoas com deficiência o discurso da ciência se apresentou como o discurso dominante de produção de verdades sobre essas pessoas. O processo de estigma que rondava os entendimentos da deficiência, e que por isso possibilitariam o entendimento do indivíduo como um todo ‘defeituoso’, mas também deflagrar que a própria deficiência era produzida por saberes e instituições específicas que continham a autoridade do conhecimento sobre determinados corpos (GÁVERO, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, analiso o histórico e as relações de ativismo entre um grupo militante com deficiência ligado ao Centro de Vida Independente e coletivos queer de Barcelona responsáveis pela criação do documentário *Yes, we fuck!*, do coletivo *Assex* e da colaboração em outros projetos que tratam a questão da sexualidade e inclusão de pessoas com diversidade funcional. Como se trata de uma pesquisa em andamento, o retorno do campo (em setembro de 2019) trará novos elementos a partir das entrevistas que irei realizar. Contudo, a partir de pesquisas bibliográficas e conversas a distância foi possível já desenhar um panorama da discussão.

Primeiramente é necessário entender o que esse grupo entende por “persona con diversidad funcional”. No artigo “Yes, we fuck e la assistência sexual”, Centeno (2015) esclarece que até meados da década de 2000 era muito comum utilizar a nomenclatura “personas con discapacidad” (pessoas com deficiência). A mudança na nomenclatura vem acompanhada de um debate teórico sobre a questão da diversidade humana e os recorrentes processos sociais que homonegam e patologizam diferentes corpos e formas de existências.

No se trata, pues, de un cambio de nomenclatura, sino de un posicionamiento político que rechaza clasificar a las personas en función de unas capacidades vinculadas a la idea de productividad y consideradas aislando al individuo de su comunidad, sin poder contar con lx demás. (CENTENO, 2016).

Na Espanha, em 2001, a criação do El Foro de Vida Independiente y Diversidad (FVID), como espaço virtual de reivindicação, amplia o debate sobre a diversidade funcional como herdeiro do modelo social da incapacidade, que além da luta, no marco dos direitos humanos, para garantir as mesmas oportunidades a todos, também celebra o valor positivo e a dignidade da diversidade humana, principalmente aquela que deriva de corpos que funcionam de maneira diferente. Neste sentido, adotou-se o termo diversidade funcional com fins simbólico-políticos para designar aquelas pessoas, que se definem como somatodissidentes. Em 2006, em Catalunha, membros do FVID criaram o “projecto de vida independiente”, uma espécie de experimento-político piloto, dirigido e gestionado por integrantes do Foro e com financiamento público. (BRANCO DE CASTRO, 2011).

Ainda não existe no Brasil um debate análogo ao debate espanhol no que se refere a transformação do termo “pessoas com deficiência” para “pessoas com diversidade funcional”. No Brasil o termo “pessoa com deficiência” é bastante recente. Até a década de 1980, era comum o uso dos termos “aleijado”, “defeituoso”, “incapacitado”, “inválido”. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes, estabelecido pela ONU, foi adotado o termo “deficiente”. Em meados dos anos 1980, entraram em uso dentro

dos movimentos sociais e políticas públicas as expressões "pessoa portadora de deficiência" e "portadores de deficiência". Em 2008, o Brasil ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), que entende que é totalmente inadequado o termo "pessoa portadora de deficiência ou portador de deficiência". A diferença entre este termo e as anteriores é tentar ressaltar o ser humano à frente de sua deficiência valorizando a "pessoa" independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, além de compreender que a pessoa não "porta" uma deficiência, mas que ela constitui parte da diversidade humana.

No presente estudo, optarei por utilizar o termo "pessoas com diversidade funcional" quando estiver tratando os princípios de organização, práticas e discursos do grupo espanhol. Em outros momentos optarei por utilizar o termo "pessoas com deficiência" para situar os debates teóricos em torno desse grupo quando relacionado ao Brasil.

O ativista tetraplégico Antonio Centeno (2014) situa o processo de construção do projeto *Yes, we fuck!* no ano de 2012 quando se ocupou publicamente do tema da sexualidade dentro do Movimento de Vida Independente de Barcelona. Centeno (2014) indica que foi no verão de 2012 em Barcelona, durante uma conversa com o cineasta Raúl de la Morena que nasceu a ideia sobre um documentário que tratasse a questão da sexualidade e pessoas com diversidade funcional. O desejo principal para a criação do documentário *Yes, we fuck!* era materializar em imagens a necessidade de romper o binômio dependência-infantilização que cerca o imaginário coletivo quando se pensa a sexualidade de pessoas com diversidade funcional. Segundo ele, essas representações alimentam um círculo vicioso que até agora tem resistido a qualquer avanço ideológico, político e legislativo nesse campo.

A participação de Centeno em encontros ativistas, juntamente com o sucesso mundial do filme americano "As sessões"<sup>9</sup> e os debates com o cineasta Raúl de La Morena, incitaram Centeno e Raúl a criarem uma página no facebook contando sobre o projeto que rapidamente foi procurada por muitas pessoas fomentando uma série de sinergias e encontros com outros ativistas.

En el momento de escribir estas líneas, tenemos grabadas y editadas cinco de las seis historias que compondrán el documental. Con un poco de suerte, a pesar del inamovible presupuesto cero, a finales de 2014 o principios de 2015 el proyecto estará listo para saltar a las pantallas... En el "we" del título nos hemos ido identificando y encontrando diferentes grupos que compartimos el hacer trabajo político sobre y desde el cuerpo (feminismos, transfeminismos, queer, diversidad funcional, activismo gordx...). Y el "fuck" se ha ido complejizando desde la voluntad no de encajar en la norma sino de

<sup>9</sup> Baseado em textos autobiográficos do poeta e jornalista Mark O'Brien, o filme narra a história de um homem tetraplégico que inicia sua vida sexual aos 38 anos com ajuda de uma terapeuta sexual. Ver trailer do filme em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Fpgbokij9U>.

demolerla y hacer una aportación valiosa a la necesaria transformación de la conceptualización y vivencia de la sexualidad humana en general. (CENTENO, 2015, p. 110).



Figura 1: Logo principal do Projeto Yes, we fuck!  
Fonte: [www.yeswefuck.org](http://www.yeswefuck.org)

A socióloga Andrea García-Santesmases (2016), também colaboradora do projeto *Yes, we Fuck!* esclarece em seu artigo como se deu esse processo de sinergia entre diferentes ativismos que se auto intitularam alianças “queer-crip” ou alianças “tullido-transfeministas”. O Crip ou Tullido (que equivale a tradução da palavra Crip em castelhano) fazem referência a participação de pessoas com diversidade funcional a esse processo. Por meio dessa aliança o processo de construção do documentário *Yes, we fuck!* foi amplamente atravessado pelas questões fundamentais de ativistas queer e crip objetivando demonstrar explicitamente a construção cultural em torno de corpos não normativos, contando histórias de pessoas, casais e interações que fogem das concepções habituais de beleza, desejo e prática sexual.



Figura 2: Oficina de Posporno e diversidade funcional realizada para o documentário Yes, we fuck!  
Fonte: GARCÍA-SANTESMASES, Andrea. Yes, we Fuck! El Grito de la Alianza Queer-Crip.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, irei aprofundar durante as entrevistas presenciais como a aliança queer-crip se deu na prática militante do grupo espanhol responsável pela criação do

documentário *Yes, we fuck!* (2014) que se desdobrou enquanto coletivo para a criação de outros importantes projetos<sup>10</sup>.

Já é possível avaliar que essa aliança teórica e política entre os corpos *queer* e os corpos *crip* realizados durante o processo de construção do documentário fomentou ações potentes de críticas a naturalização dos corpos eficientes através dos binômios eficiente/deficiente, hetero/homo, público/privado.

As percepções estigmatizantes sobre a sexualidade de pessoas com deficiência acionam fortemente certos tipos de normas reguladoras que justificam o controle das relações genitais e interdita o exercício pleno da sexualidade dessas pessoas. Para além do controle das relações genitais, entra em debate o acesso ao próprio corpo. Antônio Centeno (2015) em seu artigo, quando argumenta sobre o papel de assistentes sexuais, questiona:

“¿Por qué hasta aquí? Porque hasta aquí llega la materialización del derecho al acceso al propio cuerpo, éstas son las acciones que la persona con diversidad funcional podría hacer por sí misma en ausencia de diferencias funcionales. Nadie hace un coito o sexo oral consigo mismx. Ni las personas con diversidad funcional ni nadie tiene derecho al acceso a otros cuerpos. No existe el derecho a la felación, ni al coito ni a ninguna práctica sexual sobre otros cuerpos. A los otros cuerpos se accede por acuerdo, no por derecho.” (CENTENO, 2005, pág. 111).

É importante ressaltar, que não se trata de negar a vulnerabilidade e violência sexual a que estão expostas as pessoas com deficiência ou qualquer outra pessoa que seja sujeita a relações sexuais não consentidas. E menos ainda negar a prevalência da violência contra mulheres com deficiência, vastamente documentada no mundo<sup>11</sup>. No entanto, também é necessário trabalhar com a percepção de que o perigo pode servir não apenas como um alerta, mas como uma estratégia de controle dos direitos sexuais e reprodutivos, infantilizando e negando a sexualidade das pessoas com deficiência e fazendo desta discussão de violência e vulnerabilidade mais um instrumento de submissão das mesmas.

Portanto, a intenção de se estudar a produção dos discursos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência a partir dessas recentes articulações teóricas e o encontro de grupos de ativistas vinculados as questões de corporalidades permite uma abordagem que leve em consideração tanto os aspectos materiais quanto os subjetivos como os valores, crenças e expectativas da sociedade na qual os envolvidos (pessoas com diversidade funcional) estão inseridos.

---

<sup>10</sup> Alguns exemplos de projetos foram: curta metragem pós-pornô *Nexos*, a criação do grupo *Assex* (grupo de auto-gestão de assistência sexual), o longa-metragem *Vivir y otras ficiones* e a série documental *Trèvols de 4 fulles*.

<sup>11</sup> Ver <http://www.bengalalegal.com/violencia-mulheres-com-deficiencia>

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.* -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRANCO DE CASTRO, Carolina. “*Yes, we fuck*”: *sexualidade, “diversidade funcional” e mercado do sexo.* V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Vila Real, 2013 [<https://www.academia.edu/6922944/>].

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico.* 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CENTENO ORTIZ, Antonio (2014). *Simbolismos y alianzas para una revuelta de los cuerpos.* *Educación Social.* Revista d’ Intervenció Socioeducativa, 58, p. 101-118

\_\_\_\_\_”*¡Yes, we fuck!*” y la asistencia sexual. *Revista de Treball Social.* Colegio Oficial de Catalunya, agosto de 2016, n. 208, págs. 79-91.

DINIZ, D.; SANTOS, W. (Orgs.). *Deficiência e Discriminação.* Brasília: Letras Livres EdUnB, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FURTADO, Raphael e CAMILO, Janaina Aparecida de Oliveira. *O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault.* *Revista Subjetividades,* Fortaleza, 16(3): 34-44, dezembro, 2016.

GARCÍA-SANTESMASES, Andrea. *Yes, we Fuck! El Grito de la Alianza Queer-Crip.* *Revista Latino-americana de Geografía e Gênero.* Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 226 - 242 , ago. / dez. 2016.

GARCÍA-SANTESMASES, Andrea; BRANCO DE CASTRO, Carolina. *Fantasmas y fantasías: controversias sobre la asistencia sexual para personas con diversidad funcional.* *Pedagogia i Treball Social.* Revista de Ciències Socials Aplicades. Vol. 5, No 1 (2016). Disponível em: <[http://ojs.udg.edu/index.php/pedagogia\\_i\\_treball\\_social/article/view/252/303](http://ojs.udg.edu/index.php/pedagogia_i_treball_social/article/view/252/303)>

GAVÉRIO, Marco Antonio. *Querem chupar seu cotoco?: deficiência, sexualidade e possíveis transações corporais.* São Carlos, 2015.

\_\_\_\_\_ *Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies.* *Revista Argumentos,* Montes Claros, v.14, n.1, p. 95-117, jan/jun-2017.

LEITE, Jorge Jr. *Diversidade funcional, pornografia e pós-pornografia*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

LEITE, Márcia. *O uso da entrevista na pesquisa empírica*. In ABDAL, A.; OLIVEIRA, M.C.V; GHEZZI, D.R; JUNIOR, J.S; (org.) Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016. P 24-41.

McRUER, Robert. *Crip theory: cultural signs of queerness and disability*. New York: New York University Press, 2006.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias, v. 21, p. 150-182, 2009.

MELLO, Anahi Guedes e Nuernberg, Adriano Henrique. *Gênero e deficiência: interseções e perspectivas*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 20(3): 384, 2012.

PRECIADO, B. Paul. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014, 224 p.

*História da Tecnossexualidade*. Disponível em  
<<http://clinicand.com/2018/06/21/historia-da-tecnossexualidade-por-paul-preciado/>>  
Acessado em 11 de agosto de 2019.

RUBIN, Gayle. *Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade* (Tradução em português de circulação restrita). In: Ablove, H; Barale, M; Halperin, D., org. *The lesbian and gay studies reader*. Londres: Routledge, 1993.

SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. *Condições e contradições por direitos sociais e inclusão: uma análise sobre as movimentações e mediações de pessoas com deficiência em conferências de saúde*. Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva. – Rio de Janeiro, 2012.

WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade*. In: LOURO, Guacira (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte; Autêntica, 1999. . 35-82.